

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MMA Nº 1.519, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

Estabelece a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto 12.485, de 3 de junho de 2025, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.004243/2025-17, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030, conforme Anexo I desta Portaria, nos termos do Decreto nº 12.485, de 3 de junho de 2025.

§ 1º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030 são compostos pelos objetivos estratégicos para 2050, pela estratégia para 2030, pelo plano de ação e pelas suas respectivas metas e compromissos para o período de 2025 a 2030, e pelas estratégias de monitoramento, de financiamento e de comunicação.

§ 2º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade contêm as medidas a serem executadas pelo Poder Executivo Federal no período de 2025-2030, em alinhamento aos programas, planos e instrumentos planejados e existentes e tendo como referencial estratégico as metas nacionais de biodiversidade recomendadas pela Comissão Nacional de Biodiversidade, por meio da Resolução CONABIO nº 9, de 28 de novembro de 2024.

§ 3º O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima coordenará a implementação da Estratégia e do Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030, de maneira articulada e integrada com os demais Ministérios e órgãos responsáveis pela implementação do plano de ação.

§ 4º A Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade deverão ser avaliados e revisados em 2030, conforme o art. 3º, § 3º, do Decreto nº 12.485, de 3 de junho de 2025.

Art. 2º A implementação da Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade 2025-2030 será acompanhada pela Comissão Nacional de Biodiversidade, nos termos do disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003.

Art. 3º As estratégias de monitoramento, de financiamento e de comunicação serão publicadas no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no prazo máximo de cento e cinquenta dias, contado da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

ANEXO I

1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA 2050

1.1 Objetivo Estratégico A: Proteger e Restaurar

1.1.1 A integridade, conectividade e resiliência de todos os ecossistemas continentais, terrestres e aquáticos, e marinhos são mantidas, aprimoradas ou restauradas, aumentando substancialmente a área de ecossistemas naturais até 2050;

1.1.2 A extinção induzida por humanos de espécies ameaçadas conhecidas é interrompida e, até 2050, a taxa e o risco de extinção de todas as espécies são reduzidos em dez vezes e a abundância de espécies silvestres é aumentada para níveis saudáveis e resilientes; e

1.1.3 A diversidade genética dentro das populações de espécies silvestres e domesticadas é mantida, salvaguardando seu potencial adaptativo.

1.2 Objetivo Estratégico B: Prosperar com a Natureza

1.2.1 A biodiversidade é utilizada e gerida de forma sustentável e as contribuições da natureza para as pessoas, incluindo funções e serviços ecossistêmicos, são valorizadas, mantidas e aprimoradas; e

1.2.2 As funções e serviços ecossistêmicos atualmente em declínio são restaurados, apoiando um desenvolvimento sustentável para o benefício das gerações presentes e futuras até 2050.

1.3 Objetivo Estratégico C: Repartir Benefícios de Forma Justa

1.3.1 Os benefícios monetários e não monetários da utilização do patrimônio genético e das informações digitais de sequências genéticas, bem como do conhecimento tradicional associado são compartilhados de forma justa e equitativa, incluindo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, e são substancialmente aumentados até 2050, ao mesmo tempo em que é garantida a proteção ao conhecimento tradicional, contribuindo assim para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, de acordo com os instrumentos nacionais e internacionais de acesso e repartição de benefícios.

1.4 Objetivo Estratégico D: Investir e Colaborar

1.4.1 Meios adequados de implementação, incluindo recursos financeiros, capacitação, cooperação técnica e científica e acesso e transferência de tecnologia para implementar a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade são assegurados, completando progressivamente a lacuna de financiamento da biodiversidade no país e alinhando os fluxos financeiros nacionais com a Estratégia Nacional para a Biodiversidade e com a Visão 2050.

2 ESTRATÉGIA PARA 2030: METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE PARA 2030

Meta 1A - Promover o planejamento espacial para reduzir a perda de biodiversidade

Assegurar que toda a extensão do território nacional (continental, costeira e oceânica) esteja sob um processo de planejamento espacial e gestão territorial participativo, integrado e com base ecossistêmica, abordando a mudança do clima e o uso da terra, das águas continentais e dos oceanos, propiciando o uso e ocupação do território em bases sustentáveis, de maneira que o território seja saudável, biodiverso, resiliente, seguro e produtivo, considerando as vulnerabilidades e potencialidades existentes, a fim de que a perda de áreas importantes para a biodiversidade, a sociobiodiversidade, e dos serviços ecossistêmicos seja próxima de zero até 2030, considerando as Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira e a necessidade de consulta livre, prévia e informada, de acordo com a Convenção nº 169 da OIT, bem como o reconhecimento, demarcação e desintrusão de territórios a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, com o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, e o Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e a agricultores familiares e camponeses e beneficiários da reforma agrária, de acordo com a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Meta 1B - Zerar o desmatamento e a conversão da vegetação nativa para reduzir a perda da biodiversidade

Zerar o desmatamento e a conversão de vegetação nativa, por meio da eliminação do desmatamento e da conversão da vegetação nativa ilegais e da compensação da supressão legal da vegetação nativa, prevenir e combater incêndios, combater a desertificação, atingir a neutralidade da degradação de terras até 2030, mediante o fortalecimento da implementação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas, o estabelecimento de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da vegetação nativa conservada, incluindo pagamento por serviços ambientais, previsto na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 e sua regulamentação), e outros incentivos econômicos para a conservação, recuperação e uso sustentável da vegetação nativa, assim como outras políticas públicas de uso sustentável incidentes nos biomas brasileiros e no sistema costeiro-marinho.

Meta 2 - Restaurar os ecossistemas

Assegurar, até 2030, que pelo menos 30% (trinta por cento) das áreas degradadas ou alteradas de cada bioma e do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, contemplando a representatividade dos ecossistemas terrestres, aquáticos e da zona costeira e marinha, estejam em processo de restauração efetiva, com vistas a garantir a integridade ecológica; a recuperação e incremento da biodiversidade nativa, das funções e dos serviços ecossistêmicos; a ampliação da conectividade da paisagem e o combate à desertificação, priorizando a restauração de áreas que fornecem serviços ecossistêmicos críticos e salvaguardando os costumes, tradições, crenças e línguas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.

Meta 3 - Conservar e manejar os ecossistemas

Conservar e manejar efetivamente, até 2030, pelo menos 80% (oitenta por cento) do bioma Amazônico e 30% (trinta por cento) de cada bioma, incluindo suas águas continentais, e 30% (trinta por cento) do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, especialmente nas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, nas áreas de importância para a sociobiodiversidade e nas áreas importantes para a manutenção das funções e serviços ecossistêmicos, por meio da ampliação, incluindo demarcação e regularização territorial, gestão e monitoramento de um sistema de áreas protegidas ecologicamente representativo, bem conectado, equitativamente governado e integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas e ao oceano, que abrange o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, as terras indígenas, os territórios quilombolas, os territórios de povos e comunidades tradicionais, as áreas de preservação permanente, reservas legais e porções dos Assentamentos Ambientalmente Diferenciados com vegetação nativa, bem como outras medidas efetivas de conservação baseadas em área, reconhecendo soluções baseadas na natureza para a conservação e manejo dos ecossistemas.

Meta 4 - Deter as extinções de espécies e a perda de variabilidade genética

Deter, até 2030, extinções induzidas pela ação humana, recuperar, conservar e preservar espécies silvestres[1], em particular espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, minimizando conflitos das interações negativas entre humanos e vida silvestre e permitindo a coexistência, bem como deter a perda e promover o incremento da diversidade genética dentro e entre populações de espécies silvestres e domesticadas, incluindo variedades e raças crioulas e parentes silvestres, para manter e ampliar seu potencial adaptativo e diversidade funcional, utilizando estratégias de conservação in situ, on farm e ex situ e de uso sustentável, assegurando a participação e respeitando as práticas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e quilombolas e dos agricultores familiares e camponeses.

[1]: Espécies silvestres referem-se exclusivamente a populações de espécies nativas da fauna, flora e de microrganismos, que ocorrem em ambientes terrestres florestais, campestres ou mistos e em ambientes aquáticos, continentais ou marinhos, excetuando-se populações domesticadas.

Meta 5 - Promover o uso e o comércio sustentável

Assegurar que o uso, a coleta e o comércio das espécies silvestres seja sustentável, seguro e legal e fortalecer as políticas nacionais para o combate, até 2030, aos ilícitos contra a fauna e flora e à biopirataria, bem como e elaborar e implementar políticas públicas que promovam a proteção, defesa e direitos animais, a redução dos riscos zoonos e fitossanitários, ambientais e climáticos, aplicando a abordagem de "Uma Só Saúde" e a abordagem ecossistêmica, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade, respeitando os animais como sujeitos de direitos e a dignidade animal e respeitando e protegendo o uso sustentável consuetudinário por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e camponeses, conforme seus costumes, cosmovisão, cultura e modos de vida.

Meta 6 - Reduzir a introdução e os impactos das espécies exóticas invasoras

Reduzir, até 2030, em pelo menos 50% (cinquenta por cento), as taxas de introdução e o estabelecimento de Espécies Exóticas Invasoras - EEI conhecidas ou potenciais, e erradicar ou controlar EEI, eliminando, minimizando, reduzindo ou mitigando as vias de introdução e seus impactos sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas sensíveis ou prioritárias, como ilhas, territórios tradicionais e ancestrais, comunidades isoladas e áreas protegidas, mediante a implementação e monitoramento da Estratégia e do Plano de Ação Nacional para Espécies Exóticas Invasoras e da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes e Ausentes.

Meta 7 - Reduzir a poluição e seus impactos sobre a biodiversidade

Reduzir, até 2030, todas as fontes de poluição, bem como seus riscos e os impactos negativos, para níveis que não sejam prejudiciais à biodiversidade, à sociobiodiversidade e às funções e serviços ecossistêmicos, considerando seus efeitos cumulativos, com a redução da metade da perda de nutrientes para o meio ambiente, incluindo métodos mais eficientes de ciclagem e uso de nutrientes; redução da metade do risco geral proveniente do uso de agrotóxicos, usados em desacordo com boas práticas agrícolas, inclusive por meio do manejo integrado de pragas e do uso de bioinsumos; redução da metade do risco proveniente de substâncias químicas altamente perigosas como o mercúrio; redução de emissões de poluentes industriais, de transportes e de contaminantes ambientais relevantes e com a redução, trabalhando para a eliminação, da poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho.

Meta 8 - Minimizar o impacto da mudança do clima sobre a biodiversidade

Minimizar o impacto da mudança do clima e da acidificação dos oceanos sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade e aumentar a sua resiliência, incluindo o uso de abordagem ecossistêmica ou soluções baseadas na natureza, levando em consideração estratégias de adaptação e mitigação que contribuam para a adaptação da biodiversidade, da sociobiodiversidade e do combate à desertificação, com atenção aos eventos e situações de emergência climática, priorizando o estabelecimento e a implementação de uma Rede Nacional de Conectividade que cubra pelo menos 30% (trinta por cento) do território nacional, continental terrestre e aquático e do sistema costeiro-marinho, abrangendo ações de conservação, restauração e recuperação da biodiversidade, prioritariamente do sistema de áreas protegidas, corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas, bem como a demarcação de territórios tradicionais e a identificação e proteção de refúgios climáticos e demais áreas importantes para a adaptação da biodiversidade à mudança do



clima (com destaque para ecossistemas que contribuem para a mitigação e adaptação frente à mudança do clima), promovendo a transição para uma economia de baixo carbono inclusiva, seguindo os princípios da justiça climática, combatendo o racismo ambiental, e ampliando e fortalecendo a participação das comunidades locais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, inclusive por meio da consulta livre, prévia e informada, e em acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, e a Convenção nº 169 da OIT.

Meta 9 - Promover o uso sustentável da biodiversidade e a bioeconomia

Assegurar, até 2030, que o manejo e o uso da biodiversidade sejam sustentáveis, evitando a sobre-exploração e garantindo, no longo prazo, a manutenção das populações locais e das espécies, com pesquisa, inovação, fortalecimento do manejo comunitário ou tradicional e a agregação de valor em cada região, que proporcionem benefícios sociais, econômicos e ambientais para as pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e as que mais dependem da biodiversidade, por meio da elaboração, até 2025, e implementação e monitoramento, até 2030, do primeiro ciclo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, no âmbito da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e de outros instrumentos e iniciativas relacionadas, incluindo o pagamento por serviços ambientais; a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; a Farmacopeia Popular do Brasil, bem como priorizando a economia solidária, valorizando e fortalecendo a sociobiodiversidade, o conhecimento tradicional associado e o uso consuetudinário, baseados na cosmovisão, línguas, culturas e modos de vida dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses e beneficiários da reforma agrária.

Meta 10A - Promover atividades produtivas sustentáveis

Assegurar, até 2030, que as áreas de agricultura, pecuária, aquicultura e silvicultura sejam manejadas de maneira sustentável e integradas à paisagem, considerando a intensificação sustentável, sistemas agroflorestais, sistemas agroecológicos, a agricultura regenerativa, entre outros, conforme compromissos assumidos pelo país para a sustentabilidade da agricultura, da aquicultura e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, contribuindo para a resiliência e eficiência de longo prazo, a melhoria da produtividade destes sistemas de produção, a segurança alimentar e nutricional, a segurança energética e o equilíbrio ambiental e climático, evitando a conversão de ecossistemas naturais para novas áreas de produção, conservando, restaurando e manejando a biodiversidade e mantendo as contribuições da natureza para as pessoas e o cumprimento da função social da propriedade rural prevista na Constituição.

Meta 10B - Promover a sustentabilidade na pesca extrativa e na extração de bioinsumos aquáticos

Assegurar, até 2030, que toda a atividade pesqueira extrativa, continental, costeira e marinha, bem como a atividade extrativa de bioinsumos aquáticos, sejam manejadas de forma sustentável e, quando aplicável, a partir da abordagem ecossistêmica, considerando os impactos da mudança do clima e as condições ambientais para a manutenção do ciclo de vida dos organismos alvo das atividades extrativas, conforme compromissos assumidos pelo país para a sustentabilidade da pesca e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, visando à recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros, no mínimo, em níveis sustentáveis de exploração e promovendo a proteção dos recursos aquáticos vivos e seus ecossistemas, com base nas melhores informações disponíveis, tanto científicas quanto provenientes do conhecimento tradicional, e visando à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais ligadas às atividades pesqueiras, compatibilizando a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento social e econômico das atividades de pesca, por meio de abordagens que contribuam com a eficiência, resiliência, produtividade de longo prazo, segurança alimentar e nutricional, conservação e recuperação da biodiversidade e das funções e serviços ecossistêmicos, que mitiguem os impactos da aquicultura e da pesca industrial sobre a pesca artesanal, e que assegurem os direitos e respeitem os valores culturais e tradicionais dos pescadores artesanais.

Meta 11 - Proteger e recuperar os serviços ecossistêmicos

Restaurar e manter, até 2030, os serviços ecossistêmicos de provisão, de suporte, de regulação e culturais; mapear, valorar e monitorar, até 2030, a oferta, demanda, provisão e déficits por bioma e sistema costeiro-marinho de serviços ecossistêmicos prioritários, tais como a regulação do ar, da água e do clima, a saúde dos solos, a polinização, o controle biológico de pragas, a redução do risco de surtos de pragas e doenças e a proteção contra riscos e desastres naturais; instituir, até 2026, uma política nacional de proteção dos polinizadores e regulamentar, até 2025, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, 13 de janeiro de 2021) para ampliar e potencializar as contribuições e benefícios da natureza para as pessoas, favorecendo em particular aquelas em situação de vulnerabilidade social e povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.

Meta 12 - Ampliar e fortalecer os espaços verdes e azuis urbanos

Ampliar, até 2030, a área, a qualidade, a conectividade, o acesso e os benefícios de espaços verdes e azuis nas cidades, com uso de espécies nativas, priorizando municípios de regiões metropolitanas e aqueles mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, e especialmente incentivando intervenções nas áreas densamente povoadas, periferias e bairros com déficit de áreas verdes e de arborização urbana, por meio da implementação e monitoramento do Programa Cidades Verdes Resilientes e da difusão, aprimoramento e ampliação do Cadastro Ambiental Urbano; e garantir, até 2030, meios para que os espaços verdes e azuis sejam integrados a planejamentos urbanos inclusivos e participativos, potencializando a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, o bem-estar e o bem-viver em áreas urbanas e periurbanas, reduzindo a vulnerabilidade aos impactos da mudança do clima, respeitando territórios e conhecimentos tradicionais.

Meta 13 - Promover o acesso e a repartição de benefícios

Implementar, monitorar e operacionalizar, até 2030, a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, por meio da adoção, implementação e aperfeiçoamento de medidas jurídicas, políticas, normativas, administrativas, sistêmicas e de formação eficazes, em todos os níveis, para assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e de informações digitais de sequências genéticas, facilitando o acesso ao patrimônio genético e assegurando o acesso adequado ao conhecimento tradicional associado, mediante consentimento livre, prévio e informado da população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional e aumentar, até 2030, progressiva e significativamente, em pelo menos 30% (trinta por cento), os benefícios repartidos decorrentes de exploração econômica de produto acabado e material reprodutivo, inclusive com as informações digitais de sequências genéticas, com rastreabilidade e divulgação de dados agregados de acesso e repartição de benefícios praticados.

Meta 14 - Integrar os valores da biodiversidade nas políticas públicas e nas contas nacionais

Assegurar, até 2030, a plena integração da biodiversidade e da sociobiodiversidade e seus múltiplos valores, incluindo valores ambientais, econômicos, sociais e culturais, em políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento e em estratégias de erradicação da pobreza e da fome, e conforme apropriado por meio de contas econômicas ambientais, em todos os setores, avaliações ambientais estratégicas, avaliações de impacto ambiental, análises de risco climático, programas de pagamento por serviços ambientais, estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima, para que a gestão do uso dos recursos biológicos e dos serviços ecossistêmicos seja assegurada na tomada de decisão dentro e entre todos os níveis de governo e entre todos os setores econômicos, em particular aqueles com impactos significativos à biodiversidade e à sociobiodiversidade, alinhando progressivamente todas as atividades públicas e privadas relevantes e os fluxos fiscais e financeiros com os objetivos e metas da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB, considerando os direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses.

Meta 15 - Promover atividades empresariais sustentáveis

Adotar, até 2030, políticas públicas e medidas legais e administrativas claras, objetivas e adaptadas à realidade brasileira para regulamentar, incentivar e viabilizar que as empresas, em particular as de grande porte e transnacionais, e as instituições financeiras:

- avaliem, divulguem e monitorem de forma periódica, com transparência, seus riscos, dependências, impactos sobre a diversidade biológica e oportunidades associadas ao longo de suas operações, cadeias de valor e carteiras de projetos;
- forneçam as informações necessárias aos consumidores, a fim de promover padrões de consumo sustentáveis; e
- reportem sobre o cumprimento de regulamentações sobre o acesso e repartição de benefícios, quando aplicáveis;

Tendo por objetivo reduzir gradualmente os impactos negativos e aumentar os impactos positivos sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade; promover a bioeconomia; assegurar que as empresas, em particular as de grande porte e transnacionais, e as instituições financeiras fomentem e desenvolvam ações que garantam padrões de produção sustentáveis para a implementação das metas nacionais de biodiversidade, de forma a contribuir para a transformação ecológica da economia, conforme previsto no pacto dos três poderes, e, quando pertinente, considerando a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e seus protocolos relevantes.

Meta 16 - Incentivar o consumo sustentável e reduzir a geração de resíduos

Sensibilizar, incentivar e capacitar, até 2030, as pessoas e as empresas a escolher a produção e o consumo sustentáveis, a fim de reduzir o desperdício de alimentos, o consumo excessivo e a geração de resíduos, de maneira equitativa e inclusiva, prioritariamente dos setores com maior impacto sobre a biodiversidade, para que todas as pessoas vivam bem em harmonia com a natureza.

Meta 17 - Promover medidas de biossegurança

Fortalecer, até 2030, a capacidade de implementação de medidas de biossegurança no desenvolvimento e uso das biotecnologias, no âmbito da Política Nacional de Biossegurança, conforme o artigo 8(g) da Convenção sobre Diversidade Biológica, e medidas para a manipulação da biotecnologia, incluindo e reconhecendo a importância do conhecimento tradicional e ancestral para a biotecnologia, bem como a distribuição de seus benefícios conforme o artigo 19 da Convenção, mediante o alinhamento com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, considerando o novo Marco Global Kunming-Montreal da Diversidade Biológica, mantendo o fomento público a pesquisas científicas sobre impactos das biotecnologias e capacitação sobre melhores práticas em biossegurança, promovendo a manutenção da integridade genética da biodiversidade, incluindo a de parentes silvestres, e integridade física das sementes de variedades crioulas e raças crioulas.

Meta 18 - Eliminar subsídios prejudiciais e aumentar incentivos positivos para a biodiversidade

Identificar e hierarquizar, até 2026, e revisar, reduzir ou eliminar, até 2030, de forma justa e efetiva, subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente prejudiciais à biodiversidade, começando pelos incentivos mais prejudiciais proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance da meta global de pelo menos US\$ 500 (quinhentos) bilhões por ano até 2030, e aumentar proporcionalmente incentivos positivos para a conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e da sociobiodiversidade, nos diferentes ecossistemas e na área urbana e periurbana, com a participação ativa de organizações da sociedade civil e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses.

Meta 19 - Aumentar o financiamento para a implementação da EPANB

Elaborar e iniciar, até 2026, a implementação e monitoramento de estratégia nacional de financiamento da EPANB, com reflexo no apoio às Estratégias e Planos de Ação Estaduais para a Biodiversidade - EPAEBs e às Estratégias e Planos de Ação Locais para a Biodiversidade - EPALBs elaboradas, para aumentar substancialmente e proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance da meta global de pelo menos US\$ 200 (duzentos) bilhões por ano até 2030, o volume de recursos financeiros, de fontes nacionais e internacionais, públicas e privadas, para a implementação da EPANB, particularmente mediante a mobilização de orçamento federal, complementados com orçamento estadual e municipal, a captação de recursos externos, a criação de incentivos públicos e privados para a biodiversidade e para a sociobiodiversidade, e o fomento a ações coletivas de acesso a recursos de forma direta dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses às fontes de financiamento, com resguardo às salvaguardas socioambientais e ao protagonismo dos povos.

Meta 20 - Promover a capacitação e a cooperação para a biodiversidade

Fortalecer, até 2030, a formação, a capacitação, o desenvolvimento, o acesso, o intercâmbio e a transferência de tecnologia e promover o desenvolvimento e acesso à inovação e à cooperação técnico-científica nacional e internacional relacionadas à biodiversidade, mediante a identificação, fomento, implementação e monitoramento de programas, projetos e atividades de cooperação científica, técnica e de promoção dos conhecimentos e dos saberes tradicionais e ancestrais e de metodologias e estratégias apropriadas de conservação, manejo e uso sustentável da sociobiodiversidade.

Meta 21 - Promover o acesso a dados, informações e conhecimento

Assegurar, até 2030, a produção, qualificação, acessibilidade, interoperabilidade e capacidade de reuso de dados, informações e conhecimentos sobre a biodiversidade brasileira, considerando diferentes escalas territoriais e fontes de dados, inclusive os repositórios de dados brutos, de forma a orientar políticas públicas, promover a governança eficaz e equitativa e a gestão integrada e participativa de dados da biodiversidade e da sociobiodiversidade, e fortalecer a comunicação, conscientização, educação, monitoramento, pesquisa e gestão do conhecimento, garantindo seu benefício coletivo e a participação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses na sua governança, conforme a legislação nacional e obrigações internacionais relevantes; assegurar que os conhecimentos tradicionais, inovações, práticas e tecnologias dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses somente sejam acessados com o consentimento livre, prévio e informado e com a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes.

Meta 22 - Assegurar para todos a participação na tomada de decisão e o acesso à justiça

Implementar e monitorar, até 2030, políticas públicas para assegurar aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, considerando a consulta livre, prévia e informada, quando pertinente, e respeitando os seus direitos territoriais, assim como a mulheres e meninas, anciãos, crianças e jovens, pessoas com deficiência, com perspectiva de raça e etnia, e intergeracional:

- a representação, o protagonismo e a participação plena, equitativa, inclusiva, efetiva nos espaços de negociação, na tomada de decisão e em instâncias de governança setoriais nas decisões relacionadas à biodiversidade; e
- o acesso à justiça, à formação e a informações relacionadas à biodiversidade;

Bem como assegurar, até 2025, a proteção integral dos defensores dos direitos humanos e ambientais, mediante a criação e implementação de medidas que tornem efetiva esta proteção.



Meta 23 - Assegurar a equidade de gênero na implementação da EPANB
Assegurar e promover, até 2030:

(i) a equidade de gênero na implementação da EPANB, por meio de uma abordagem intergeracional, interseccional e sensível ao gênero, para que todas as mulheres e meninas e a população LGBTQIAPN+ tenham as mesmas oportunidades e capacidades para contribuir com os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo o reconhecimento de sua igualdade de direitos e acesso à terra, territórios, maretórios, bens e recursos naturais e culturais e aos recursos financeiros;

(ii) a participação e liderança plenas, equitativas, significativas, informadas e qualificadas em todos os níveis de ação, engajamento, política e de tomadas de decisões relacionados à biodiversidade e à sociobiodiversidade; e

(iii) a equidade salarial nas cadeias da bioeconomia.

3 PLANO DE AÇÃO 2025-2030

3.1 Metas e Compromissos Federais alinhados às Metas Nacionais de Biodiversidade

META/COMPROMISSO FEDERAL	METAS NACIONAIS RELACIONADAS		INSTRUMENTOS ALINHADOS	RESPONSÁVEIS
	Diretas	Indiretas		
Até 2030, eliminar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros.	1B	8, 4	Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil - PPCDs; Plano Setorial de Conservação da Natureza - Plano Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas
Até 2030, restaurar ou estar em processo de restauração doze milhões de hectares de vegetação nativa, considerando iniciativas de recuperação da vegetação nativa em áreas públicas e privadas e em todos os biomas.	2	4, 8	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg; Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade; Plano Clima-Mitigação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, recuperar cinquenta mil hectares de ecossistemas costeiros e marinhos.	2	4, 10B	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano e Zona Costeira	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2027, criar três milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia; duzentos mil hectares na Caatinga; quinhentos mil hectares no Cerrado; duzentos mil hectares no Pantanal; bem como propor a criação de duzentos mil hectares de Unidades de Conservação - UCs na Mata Atlântica e duzentos mil hectares no Pampa.	3, 22	1A, 1B, 4, 11	PPCDs	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2030, atingir 30% (trinta por cento) de extensão de Áreas Marinhas Protegidas na Zona Econômica Exclusiva - ZEE.	3	1A, 11	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2030, estabelecer áreas de exclusão de pesca em 60% (sessenta por cento) das UCs Uso Sustentável Costeiras e Marinhas Federais.	10B	1A, 4	Plano Clima-Adaptação: Setorial Oceano	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, reduzir o risco de extinção das espécies avaliadas quanto ao estado de conservação	4	5, 6	Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Até 2035, implementar o Programa Nacional de Alerta, Detecção Precoce e Resposta Rápida para Espécies Exóticas Invasoras - PNADPRR em UCs federais.	6	4	Plano Clima-Adaptação: Setorial Biodiversidade	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2033, promover o acesso à coleta e tratamento de esgoto a 90% (noventa por cento) da população brasileira.	7	12, 16	Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério das Cidades
Até 2033, encerrar todos os lixões no País e até 2042, aumentar a recuperação de resíduos para cerca de 50% (cinquenta por cento), por meio da reciclagem, compostagem, biodigestão e recuperação energética.	7	12, 16	Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério das Cidades
Até 2030, apoiar o monitoramento de até três territórios indígenas quanto a substâncias químicas de interesse em função do garimpo ilegal de ouro com uso de mercúrio.	7	22	Convenção de Minamata sobre Mercúrio	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério de Minas e Energia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Polícia Federal
Até 2035, ampliar o acesso de vinte mil agricultores familiares a linhas de crédito do Pronaf Verde destinadas a sistemas produtivos sustentáveis, energias renováveis e manejo da sociobiodiversidade.	10A, 18	9, 14	Plano Clima-Adaptação: Setorial Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Companhia Nacional de Abastecimento
Até 2030, ampliar a adoção de sistemas de produção sustentáveis com base no Plano ABC+ em 72,68 milhões de hectares (setenta e dois milhões e sessenta e oito mil hectares).	10-A		Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC+; Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária
Até 2027, ampliar o índice de regularização fundiária de Terras Indígenas para 72% (setenta e dois por cento).	22	3	Plano Plurianual - PPA 2024-2027; Plano Clima - Adaptação: Setorial Povos Indígenas	Ministério dos Povos Indígenas
Até 2035, conectar 30% (trinta por cento) do território nacional por meio de corredores ecológicos entre áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em área.	3	2, 4, 8	Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima;	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2035, ampliar em cento e oitenta mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas, priorizando os municípios sob maior risco climático.	12	3, 11	Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Até 2033, aumentar em 30% (trinta por cento) o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade na indústria.	9, 15	13, 14	Nova Indústria Brasil, Missão 5	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

3.2 Ações, responsáveis e período de execução (Curto - 2026; Médio - 2030; Longo - 2050)

Meta	Nº	Ação	Produto	Tipo de ação	Responsáveis	Apoiadores	Início Ação	Fim Ação	Sinergia com outras metas
1A	1.1	Identificar, demarcar e incorporar as terras devolutas ao patrimônio público	Glebas arrecadadas públicas	Gestão Territorial	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Estados, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Longo	2, 3, 11, 21
1A	1.2	Realizar a destinação - para proteção e conservação dos ecossistemas e reconhecimento de direitos territoriais - das florestas públicas	Florestas destinadas públicas	Gestão Territorial	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Inovação em Serviços Públicos, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	2, 3, 11
1A	1.3	Elaborar, revisar e implementar os instrumentos de planejamento e gestão territorial, em seus diferentes recortes e escalas e integrados às estratégias nacionais, estabelecendo diretrizes de uso e ocupação que considerem as abordagens ecossistêmica e de Uma Só Saúde	Diretrizes de uso e ocupação do território em bases sustentáveis elaboradas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, municípios, Ministério das Cidades, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Saúde	Curto	Longo	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 22



1ª	1.4	Apoiar a elaboração, revisão e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (continental e costeiro), com participação efetiva de PIPCTAFs e governos estaduais.	ZEE concluído em todos os estados	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Curto	Longo	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22
1A	1.5	Elaborar e pactuar o Planejamento Espacial Marinho - PEM, com base ecossistêmica	PEM desenvolvido para todo o sistema costeiro-marinho Brasileiro	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Banco Nacional de Desenvolvimento, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade	Curto	Médio	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22
1A	1.6	Atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC incorporando a lente climática	PNGC III atualizado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO/CIRM	Curto	Curto	2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 21, 22
1ª	1.7	Mapear os territórios tradicionais ainda não reconhecidos e demarcados por meio da Plataforma de como a iniciativa Tô No Mapa, e iniciativas locais de automapeamento Territórios Tradicionais do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Polícia Federal, e integrado com outras plataformas,	Territórios mapeados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Polícia Federal, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Médio	3, 22
1A	1.8	Propor novos instrumentos de reconhecimento de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e de gestão de seus territórios	Modalidades de reconhecimento e gestão de territórios tradicionais regulamentadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério dos Povos Indígenas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Estados	Curto	Médio	3, 8, 14, 22
1ª	1.9	Realizar a 3ª Atualização das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	Áreas e ações prioritárias para a biodiversidade atualizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	3, 4, 9, 13
1A	1.10	Realizar o mapeamento das regiões naturais do Brasil	Mapas e critérios de classificação de regiões naturais, terrestres, aquáticos e subterrâneos, incluindo ecossistemas pouco representativos (ex: turfeiras), acessível pelo público e tomadores de decisão.	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Universidades	Curto	Médio	3, 11
1ª	1.11	Promover a inserção de instrumentos de biodiversidade contemplados nos Planos de Recursos Hídricos para a conservação da biodiversidade e os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN, nos Planos de Recursos Hídricos nacionais, estaduais e de Bacias Hidrográficas e Enquadramento dos Corpos d'Água	Instrumentos de biodiversidade contemplados nos Planos de Recursos Hídricos	Gestão Territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estados, Comitês de Bacias Hidrográficas e Entidades Delegatárias	Curto	Longo	2, 3, 4, 11, 20
1A	1.12	Elaborar e implementar o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAB	PAB elaborado e implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	UFRPE, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Nacional do Semiárido/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, UFCG, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Longo	2, 3, 8, 11



1A	1.13	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam com o levantamento e a espacialização de atividades antrópicas impactantes, sejam elas existentes ou potenciais	Sistematização dos monitoramentos da biodiversidade no âmbito do licenciamento ambiental federal	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Médio	2, 3, 4, 6, 9, 10-A, 11, 14, 21
1A	1.14	Realizar estudos sobre definição de vazões ambientais e de manutenção da conectividade longitudinal de rios, com vistas à proteção da biodiversidade	Estudos previstos no Plano de Ações de Planos de Recursos Hídricos	Gestão Territorial	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estados, Comitês de Bacias Hidrográficas e Entidades Delegatárias	Curto	Longo	2, 3
1B	1.15	Elaborar e monitorar a implementação da 5ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Amazônia - PPCDAm	Plano publicado e monitorado anualmente	Implementação de programas/existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.16	Elaborar e monitorar a implementação da 4ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Cerrado - PPCerrado	Plano publicado e monitorado anualmente	Implementação de programas/existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.17	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Caatinga - PPCaatinga	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.18	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Pantanal - PPPantanal	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.19	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Pampa - PPPampa	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.20	Elaborar e monitorar a implementação da 1ª fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do bioma Mata Atlântica - PPMata Atlântica	Plano publicado e monitorado anualmente	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios que integram a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento	Curto	Médio	Todas
1B	1.21	Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais, por meio da implementação da Política de Manejo Integrado do Fogo	Área atingida por incêndios florestal reduzida	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Justiça e Segurança Pública e estados	Curto	Longo	2, 3, 8
1B	1.22	Definir as metas de neutralidade da degradação da terra (LDN)	Metas definidas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Observatório da Caatinga, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Curto	Curto	2, 3, 8, 10-A
1B	1.23	Aprimorar os critérios socioambientais para concessão de crédito rural, com vistas a desincentivar o financiamento do desmatamento	Base de dados publicada, disponibilizando informações para o Manual de Crédito Rural - MCR	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Banco Central do Brasil, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Curto	2, 10-A
1B	1.24	Ampliar a implementação de incentivos financeiros para manutenção da floresta em pé	PSA pago, elaborar projetos de recuperação de áreas degradadas, ATER (municípios assistidos), por meio da Modalidade 1 do Floresta+ (PSA), Programa União com Municípios	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária	Curto	Médio	18



1B	1.25	Implementar arcabouço operacional para que a Cota de Reserva Ambiental - CRA se torne efetiva e seja utilizada como instrumento de valorização de áreas de remanescentes de vegetação nativa que excedem o mínimo exigido por lei	Sistema de CRA operacional possibilitando a emissão e negociação deste ativo	Implementação de programas/políticas existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, órgãos estaduais de Meio Ambiente	Curto	Médio	2, 3
2	2.1	Implementar e monitorar o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg 2025-2028, considerando o arcabouço de políticas, programas e ações indutoras da recuperação da vegetação nativa no território nacional, de responsabilidade tanto do poder público, em todas as esferas da federação, quanto de organizações da sociedade civil e privadas	Plano implementado e monitorado	Implementação de programas/políticas existentes	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Médio	3, 8, 11
2	2.2	Apoiar os estados na construção e implementação dos Planos Estaduais de Recuperação da vegetação nativa, conectados ao Planaveg alinhado com as EPAEBs	Planos Estaduais Implementados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, estados	Curto	Médio	14
2	2.3	Definir a linha de base da meta de restauração no Brasil	Linha de base da Restauração do Brasil definida	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Curto	21
2	2.4	Definir e publicar as áreas prioritárias para a restauração no Brasil na perspectiva da conectividade, incremento e conservação da biodiversidade	Áreas Prioritárias definidas e publicadas por resolução da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Curto	1B, 3
2	2.5	Ampliar a regularização ambiental de imóveis rurais, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, por meio do fortalecimento de capacidades da União, Estados e Municípios para implementação dos Programas de Regularização Ambiental - PRA e de seus instrumentos, a saber, o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o termo de compromisso, o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA e as CRA	Regularização ambiental de imóveis rurais ampliada	Implementação de programas/políticas existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, estados	Curto	Médio	1, 3, 8, 11
2	2.6	Implementar ações dos planos de bacias hidrográficas visando à recuperação de áreas degradadas	Número de ações implementadas	Implementação de programas/políticas existentes	Comitês de Bacias Hidrográficas, Entidades Delegatárias com função de Agência de Água	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Curto	Longo	1, 11
2	2.7	Implementar o Programa Nacional Florestas Produtivas, instituído pelo Decreto nº 12.087, de 3 de julho de 2024	Programa implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	9, 10



2	2.8	Implementar a meta de restauração do Programa Nacional para Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil - ProManguezal	Meta do Programa implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Estados, Sociedade Civil	Curto	Médio	1, 3, 7, 8, 11
2	2.9	Fomentar soluções para a restauração dos corais brasileiros frente ao branqueamento, considerando a integração da gestão costeira com a gestão de bacias hidrográficas por meio da abordagem ecossistêmica	Fomento a projetos para restauração de corais realizado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Projetos de Pesquisa de Longa Duração -PELDS, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, Academia	Curto	Longo	4, 8
2	2.10	Elaborar e implementar o Programa de Restauração da Terra Degradada da Caatinga - ReCaatingar	Programa elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Observatório da Caatinga, Banco Nacional do Desenvolvimento	Curto	Longo	1-B, 8, 10-A, 11
2	2.11	Apoiar a construção e implementação do Programa Indígena de Restauração Ecológica -- PIRE, respeitando e reproduzindo as múltiplas cosmovisões e conhecimentos tradicionais	PIRE Implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Sociedade Civil	Curto	Médio	22
2	2.12	Construir Planos de Restauração para demais comunidades tradicionais (quilombolas, geraizeiros, catingueiros) conectados ao Planaveg, trazendo a legitimidade de domínio do território e ações a serem implementadas	Planos De Restauração de Comunidades Tradicionais elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de	Curto	Médio	22
						Conservação da Biodiversidade, Sociedade Civil			
2	2.13	Produzir anualmente informações sobre vegetação secundária para todos os biomas com aprimoramento contínuo da qualidade do dado, no âmbito do projeto TerraClass, de forma a incorporar a vegetação secundária no monitoramento da recuperação da vegetação nativa no Brasil	Dados publicados anualmente	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Sociedade civil	Médio	Longo	1A, 3, 21
2	2.14	Recuperar a vegetação nativa no âmbito do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis - PNCPD	Vegetação nativa recuperada em pastagens degradadas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituições que compõe o comitê gestor do PNCPD, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Longo	Longo	1-A, 1-B
2	2.15	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam para a identificação e o mapeamento, em escala de paisagem, dos padrões espaço-temporais de degradação e resiliência de ecossistemas aquáticos e terrestres para a definição de áreas prioritárias à restauração	Mapas dos padrões espaço-temporais de degradação e resiliência de ecossistemas aquáticos e terrestres para a definição de áreas prioritárias à restauração	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Médio	Longo	3, 4, 6, 9, 11, 20, 21



3	3.1	Criar e ampliar UCs federais	UCs criadas	Implementação de programas/existentes	de políticas	Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	1, 4, 8, 11
3	3.2	Fomentar a criação e ampliação das UCs estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural -- RPPN	UCs apoiadas	Implementação de programas/existentes	de políticas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Estados, municípios	Curto	Longo	1, 4, 8, 11
3	3.3	Reconhecer, demarcar, ampliar (quando for o caso), desintrusar, titular e proteger de forma permanente as terras indígenas	Terras indígenas reconhecidas e demarcadas	Gestão Territorial		Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Polícia Federal	Curto	Médio	1, 4, 8, 9, 11, 13, 22
3	3.4	Reconhecer, ampliar (quando for o caso), desintrusar, titular e proteger de forma permanente territórios de comunidades tradicionais e da agricultura familiar, incluindo o estabelecimento de mecanismo jurídico para reconhecimento de territórios dos povos e comunidades tradicionais, que ainda não os detenha	Territórios tradicionais reconhecidos e titulados	Gestão Territorial		Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Polícia Federal	Curto	Médio	1, 4, 8, 9, 11, 13, 22
3	3.5	Mapear e monitorar medidas de proteção da vegetação nativa previstas na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que inclui a validação do CAR e implementação do PRA e da CRA	Mapa de cobertura de vegetação nativa protegida por meio dos mecanismos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Produção de conhecimento/monitoramento	de	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, estados	Curto	Médio	1,2, 8, 10-A
3	3.6	Identificar, sistematizar e integrar os dados de cobertura com vegetação nativa de áreas de particular importância para a biodiversidade, funções e serviços ecossistêmicos por bioma/zona costeira marinha nas Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e outros territórios tradicionais	Base de dados identificada, sistematizada e publicada	Produção de conhecimento/monitoramento	de	Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Polícia Federal (Tô no Mapa)	Curto	Médio	1, 2
3	3.7	Reconhecer e apoiar a implementação dos instrumentos de gestão integrada e/ou de reconhecimento internacional reconhecidos e apoiados	Instrumentos de gestão integrada e/ou de reconhecimento internacional reconhecidos e apoiados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	de	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios	Ministério dos Povos Indígenas	Curto	Médio	1A
3	3.8	Implementar o Programa Conecta	Programa Conecta implementado	Implementação de programas/existentes	de políticas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios	Curto	Médio	2, 12
3	3.9	Regulamentar o processo de reconhecimento das Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Área - OMECs	Processo de reconhecimento regulamentado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	de	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Médio	12
3	3.10	Elaborar, revisar e implementar os planos de manejo e instrumentos de governança e gestão participativa nas UCs	Planos de manejo elaborados ou atualizados e Conselhos Gestores elaborados/estabelecidos e em implementação	Planejamento/ criação de novos instrumentos	de	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Estados e municípios	Curto	Longo	4
3	3.11	Fomentar a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTAs e dos Planos locais de gestão territorial e ambiental dos Territórios Quilombolas, assim como Ampliar os Planos de Gestão Ambiental e	Planos elaborados e em implementação	Planejamento/ criação de novos instrumentos	de	Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Chico	Polícia Federal, Ministério da Saúde	Curto	Médio	22



		Territorial para demais povos e comunidades tradicionais			Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima				
3	3.12	Apoiar a ampliação do monitoramento e da avaliação da efetividade de gestão das UCs	UCs monitoradas e com efetividade de gestão aprimorada	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	1A, 4
3	3.13	Implementar o Programa ProManguezal	Programa Implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil	Curto	Médio	1, 2, 7, 8
3	3.14	Implementar a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral - ProCoral	Estratégia implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil	Curto	Médio	1, 2, 7, 8
3	3.15	Implementar a Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Ramsar	Estratégia implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Comitê Nacional de Zonas Úmidas, estados	Curto	Longo	1, 2, 8
4	4.1	Elaborar planos de emergências para espécies ameaçadas de extinção, no âmbito do Plano Nacional de Adaptação - Tema Biodiversidade	Planos elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, academia, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	8
4	4.2	Elaborar um programa nacional de refaunação, contemplando especialmente espécies polinizadoras e dispersoras de sementes	Programa elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	academia	Médio	Longo	11
4	4.3	Elaborar e atualizar periodicamente os Planos de Ação Nacionais - PANs para as espécies ameaçadas de extinção	PANs elaborados e atualizados contemplando as espécies ameaçadas de extinção	Implementação de programas/políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, academia	Curto	Longo	9
4	4.4	Fomentar a criação e implementação de Planos de Ação Territoriais - PATs para espécies ameaçadas de extinção em âmbito estadual	PATs implementados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Estados, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	1, 2, 3
4	4.5	Criar linhas de financiamento de pesquisas científicas específicas para espécies ameaçadas de extinção	Linhas de pesquisa criadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	21
4	4.6	Realizar avaliações do estado de conservação das espécies da fauna e flora e publicar as listas nacionais de espécies ameaçadas de extinção	Listas atualizadas e publicadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Comissão Nacional da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	8, 9, 21
4	4.7	Apoiar a elaboração de listas estaduais de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção	Projetos de fomento elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Médio	Longo	20, 21
4	4.8	Elaborar e publicar a primeira Lista Nacional de Espécies de Fungos Ameaçadas de Extinção	Lista publicada	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comissão Nacional da Biodiversidade	Curto	Curto	20
4	4.9	Proteger todas as espécies ameaçadas de extinção conhecidas, em especial as de distribuição restrita, em áreas protegidas, incluindo as espécies migratórias, ou por meio de medidas de conservação ex situ e on farm	Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção atualizada e implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	8

4	4.10	Ampliar o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora nas UCs federais	Programa ampliado	Implementação de programas/políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	8, 9, 11
4	4.11	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação in situ de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	3, 13
4	4.12	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação ex situ de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	10-A, 17
4	4.13	Implementar e monitorar o Programa Nacional de Conservação on farm de Recursos Genéticos	Programa implementado e em monitoramento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Médio	Longo	4, 10-A
4	4.14	Elaborar um censo das espécies nativas da flora compreendidas em ações de preservação ex situ em Jardins Botânicos federais, estaduais, municipais e privados	Censo elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	3, 12
4	4.15	Elaborar um programa nacional de conservação ex situ da flora nativa, contemplando especialmente as espécies ameaçadas e que compreenda a elaboração e publicação de normas, condutas e requisitos mínimos para ações efetivas de conservação ex situ	Programa Nacional de Conservação ex situ da flora nativa elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	
5	5.1	Elaborar e implementar o Plano de Ação para Prevenção e Combate aos Ilícitos contra a Fauna - PACIFauna	Instrumento Normativo e plano publicados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Fazenda, Casa Civil	Curto	Longo	4, 9
5	5.2	Elaborar Plano Nacional de Contingência de Desastres com Animais	Plano elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Curto	Curto	11, 8
5	5.3	Fomentar e incentivar pesquisas para desenvolver mecanismos inovadores de rastreabilidade e monitoramento das espécies usadas/comercializadas de forma legal ou ilegal, para uso em monitoramento e controle	Mecanismos de rastreabilidade inovadores (técnicas, métodos, insumos) decorrentes de pesquisas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Médio	Médio	21
5	5.4	Elaborar Plano de Ação Nacional de Uma Só Saúde	Plano de ação Nacional de Uma Só Saúde	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Saúde	Comitê Técnico Interinstitucional Uma Só Saúde	Curto	Curto	3,4,6,7,9,20,23
5	5.5	Elaborar políticas públicas para diminuir o impacto da superpopulação de cães e gatos na biodiversidade e saúde ambiental e humana de forma ética e respeitando os princípios do bem-estar animal	Programa de Manejo	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Saúde	Curto	Curto	4, 6
6	6.1	Elaborar e implementar a nova fase do Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras	Plano elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Agricultura e Pecuária, CONABIO	Curto	Longo	2, 4, 8, 11



6	6.2	Implementar o Programa Nacional de Alerta e Detecção Precoce e Resposta Rápida de EEI	Programa implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Ministério da Agricultura e Pecuária, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Curto	Médio	2, 4, 8, 11
6	6.3	Publicar a Lista Nacional de EEI presentes no Brasil e Lista de EEI prioritárias para alerta, detecção precoce e resposta rápida	Listas publicadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, CONABIO	Curto	Médio	2, 4, 8, 11
6	6.4	Elaborar e revisar os Planos Nacionais de prevenção, erradicação, controle e monitoramento de EEI	Planos existentes revisados (javali, coral-sol, mexilhão-dourado) e planos novos elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	2, 4, 8, 11
6	6.5	Financiar pesquisas para ampliar o conhecimento sobre prevenção, erradicação, controle e monitoramento de EEI e de pragas quarentenárias, incluindo a identificação e o mapeamento das rotas de introdução e de casos humanos por zoonoses e doenças zoonosais	Pesquisas financiadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, MS, Ministério da Agricultura e Pecuária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	21
6	6.6	Implementar ações de prevenção, detecção precoce, erradicação e controle de EEI em UCs federais, especialmente em ilhas oceânicas	EEI identificadas e manejadas nas UCs federais	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	2, 3, 4, 8, 11
6	6.7	Elaborar linha de base para identificar a taxa de introdução de EEI	Linha de base estabelecida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Agricultura e Pecuária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	20
6	6.8	Elaborar plano estratégico para fortalecer a vigilância agropecuária nas fronteiras e pontos de ingresso	Plano elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Governos estaduais	Curto	Médio	10-A
7	7.1	Implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara	Pronara implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Secretaria-Geral da Presidência da República	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Curto	Médio	4, 10, 11
7	7.2	Estruturar o sistema de monitoramento de agrotóxicos em bacias hidrográficas	Sistema de monitoramento de agrotóxicos desenvolvido e implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Anvisa, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Médio	10A, 11
7	7.3	Propor bioindicadores que possam ajudar na avaliação e monitoramento da poluição dos corpos d'água	Bioindicadores propostos em bacias hidrográficas estratégicas	Produção de conhecimento/monitoramento	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	3, 11
7	7.4	Promover a rastreabilidade de produtos agrotóxicos	Medidas de rastreabilidade promovidas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	10A
7	7.5	Regulamentar a Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024, no que se refere à produção de bioinsumos para uso próprio e local e promoção do seu uso	Decreto Publicado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Sociedade Civil	Curto	Curto	10A



7	7.6	Proporcionar a identificação (por meio de inventários), coleta, tratamento e destinação adequada de Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs por meio da implementação das ações do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs	Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs	Curto	Longo	10, 16
7	7.7	Implementar os compromissos da Convenção de Minamata (MIA) sobre Mercúrio	Ações para o cumprimento das obrigações da Convenção de Minamata (MIA) sobre Mercúrio Implementadas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia, Polícia Federal, PRF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs	Curto	Longo	3, 19
7	7.8	Desenvolver estratégia nacional para atingir as metas do Marco Global de Gestão de Substâncias Químicas (GFC) e relacionadas ao Protocolo de Montreal para proteção da camada de ozônio	Estratégia nacional para atingir as metas do Marco Global de Gestão de Substâncias Químicas (GFC) desenvolvida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia, Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, indústria, academia, OEMAs, ONGs - Conasq	Curto	Longo	10, 16
7	7.9	Implementar a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico, para prevenção e combate à poluição por plástico no oceano	Estratégia implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
7	7.10	Prestar assessoria técnica e apoiar a discussão sobre a prevenção da poluição por plástico e seus impactos na biodiversidade, visando à aprovação do PL nº 2524/2022	PL aprovado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Congresso Nacional, ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
7	7.11	Prestar assessoria técnica e apoiar as negociações do instrumento intergovernamental legalmente vinculante sobre poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho	Acordo aprovado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Congresso Nacional, ministérios e outras instituições públicas, setor privado, academia e sociedade civil	Curto	Longo	2,8, 16
8	8.1	Aprovar, implementar e monitorar a Estratégia Nacional do Plano Clima Mitigação e Adaptação	Estratégia Nacional aprovada, implementada e monitorada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Comitê Interministerial de Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministérios que compõem o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Curto	Longo	1,2,3,4,5,6,11
8	8.2	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Biodiversidade	Plano Biodiversidade Temático implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Curto	Longo	1,2,3,4,5,6,11
8	8.3	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Oceano e Zona Costeira	Plano Temático Oceano e Zona Costeira implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Estados, Academia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sociedade Civil	Curto	Longo	1, 2, 3, 7
8	8.4	Implementar e monitorar o Plano Clima Adaptação - Recursos Hídricos	Plano Temático Recursos Hídricos implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Longo	11



8	8.5	Implementar e monitorar o Plano Clima Mitigação - Uso da Terra e Florestas	Plano Temático Uso da Terra e Florestas implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	-	Curto	Longo	1B, 2, 3
8	8.6	Implementar o sistema integrado de alerta precoce de secas e desertificação, no âmbito da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	Sistema implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto Nacional do Semiárido/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, UFCG, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Curto	Médio	1, 3, 4, 22
8	8.7	Estabelecer uma Rede Nacional de Conectividade, com mecanismos de governança, financiamento e prioridades territoriais	Rede Estabelecida	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Municípios	Curto	Longo	2, 3
8	8.8	Apoiar na implementação de Planos Locais/municipais de Manejo Integrado de Fogo	Planos locais/municipais apoiados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Municípios, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Estados, Sociedade Civil	Curto	Médio	3
9	9.1	Elaborar, implementar e monitorar o primeiro ciclo do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, incluindo o Plano Nacional da Sociobioeconomia	Relatório com os Resultados do Primeiro Ciclo de Implementação e Recomendações para o Segundo Ciclo realizado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério da Fazenda CNBio	Curto	Médio	1B, 22, 23
9	9.2	Criar instrumentos que facilitem o acesso ao crédito nos bancos públicos e privados para a implementação da economia da sociobiodiversidade, adequados às realidades locais e considerando salvaguardas sociais, ambientais e de saúde	Instrumentos de acesso ao Crédito criados e ação de capacitação realizadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Saúde, CNBio, Bancos	Curto	Médio	19
9	9.3	Ampliar a compra de alimentos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Toneladas de alimentos sociobiodiversos distribuídos para entidades receptoras ou órgãos compradores	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, FNDE, CONAB	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação	Curto	Médio	10
9	9.4	Propor ao Congresso Projeto de Lei ou Substitutivo para uma Política Nacional de Bioeconomia	Minuta de Projeto de Lei ou Substitutivo	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, CNBio	Curto	Médio	1B, 22, 23
9	9.5	Elaborar e implementar uma Estratégia comercial nacional para a promoção, estruturação e posicionamento dos produtos estratégicos da sociobiodiversidade no mercado nacional e global	Estratégia Nacional elaborada e implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, CNBio	Curto	Médio	16
9	9.6	Revisar, aperfeiçoar e consolidar as regras do manejo sustentável nas UCs de uso sustentável e do manejo florestal comunitário de uso múltiplo	Normativo publicado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Médio	3
9	9.7	Elaborar o Programa Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e implementar ações coordenadas por meio do Plano Plurianual	Empreendimentos comunitários fortalecidos, realizando manejo florestal de uso múltiplo sustentável	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Ministério dos Povos Indígenas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Médio	10



9	9.8	Ampliar a área sob concessão florestal para a prática do manejo, da silvicultura e da restauração	Área de florestas sob concessão florestal ampliada	Implementação de programas/existentes	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Banco Nacional do Desenvolvimento, CGFLOP	Curto	Longo	1A, 2, 3, 4, 10A, 15
9	9.9	Incentivar a conservação e uso sustentável da Biodiversidade em áreas protegidas e em territórios de povos e comunidades tradicionais por meio do Programa de Apoio à Conservação ambiental - Bolsa Verde	Benefício financeiro concedido a famílias	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, CC, Ministério da Igualdade Racial, SPU/Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Médio	3,9,10,18 e 20
9	9.10	Atender famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde com Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, voltada a conservação e uso dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas	Atividades de base agroextrativista e a agroecológica incrementadas nos territórios contemplados pelo Programa Bolsa Verde	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	ANATER, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Pesca e Aquicultura	Curto	Médio	3,9,10,18 e 20
9	9.11	Fortalecer e ampliar a implementação dos protocolos de monitoramento de produtos da sociobiodiversidade (parte do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade)	Alvos complementares do Programa Monitora implementados	Implementação de programas/políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	3, 8
9	9.12	Implementar o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade - Pró-Sociobio	Pró-Sociobio implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	10A, 22, 23
9	9.13	Recriar Grupo Gestor da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio	Grupo Gestor recriado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Planejamento e Orçamento, CONAB	Curto	Curto	10A, 10B
9	9.14	Instituir o Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo - Sociobio É Mais	Programa Sociobio É Mais instituído	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Planejamento e Orçamento, CONAB	Curto	Curto	5, 10A, 10B, 11, 19
9	9.15	Ampliar o Selo Biocombustível Social - SBS por meio da diversificação de matérias-primas a partir de cadeias territoriais da biodiversidade brasileira e promover a rastreabilidade e conformidade socioambiental	Três cadeias territoriais de matérias-primas da biodiversidade brasileira adicionados ao SBS e 100% (cem por cento) das operações verificadas sem desmatamento ilegal por meio do CAR	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério de Minas e Energia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, governos locais	Curto	Médio	1B, 10A
10A	10.1	Implementar o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - Plano ABC+	Plano ABC+ implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Academia, produtores rurais, Empresas e Instituições de pesquisa	Curto	Médio	1-A, 7, 8, 10-B, 11



10A	10.2	Implementar o Programa Nacional de Florestas Produtivas	Áreas degradadas em processo de recuperação produtiva beneficiando agricultores familiares e gerando alimentos saudáveis e produtos da sociobiodiversidade	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ANATER	Curto	Médio	2
10ª	10.3	Implementar o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis - Decreto nº 11.815, de 5 de dezembro de 2023	Programa implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Central, CVM, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Banco Nacional do Desenvolvimento e sociedade civil	Curto	Médio	1, 2, 8
10A	10.4	Fortalecer a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e implementar as diferentes iniciativas previstas no Planapo III (2024-2027)	Política fortalecida e implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Secretaria-Geral da Presidência da República	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, CNAPO, CIAPO	Curto	Médio	7, 9, 18
10A	10.5	Criar e estimular linhas de pesquisa junto a instituições públicas e privadas visando a desenvolver novas tecnologias produtivas que promovam a resiliência climática, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais	Linhas de pesquisa criadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Curto	Médio	21
10A	10.6	Promover/implementar políticas de incentivos à manutenção ou restauração de corredores de biodiversidade por meio de sistemas regenerativos de produção tendo os povos e comunidades dos territórios como agentes protagonistas	Política implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	Longo	2, 18
10A	10.7	Elaborar, publicar e implementar a taxonomia de finanças sustentáveis do setor rural brasileiro, no contexto da Plano de Transformação Ecológica, com o objetivo de incentivar a adoção voluntária de boas práticas de produção agropecuária	Práticas de produção sustentável da agricultura, pecuária, de florestas, da pesca e aqüicultura implementadas por produtores rurais, a partir da definição e execução da taxonomia de finanças sustentáveis	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, BACEN, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	2, 9, 14, 15, 19
10A	10.8	Promover o reconhecimento dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial - SIPAM	Secretaria-Executiva do SIPAM em funcionamento; SIPAM instituído e reconhecimentos concedidos	Planejamento/criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério de Relações Exteriores	Curto	Longo	4
10A	10.9	Ampliar o atendimento de famílias agricultoras pertencentes a povos e comunidades tradicionais no Programa Fomento Rural	Famílias agricultoras de povos e comunidades tradicionais atendidas com acompanhamento social, produtivo e transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Médio	22
10A	10.10	Tecnologias sociais de acesso à água instaladas na Amazônia e no Semiárido	Número de Tecnologias de acesso à água instaladas na Amazônia e no Semiárido	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Longo	1B
10B	10.11	Reinstituir, implementar e monitorar o Programa Nacional de Estatística Pesqueira	Programa Nacional de Estatística Pesqueira reinstituído, implementado e monitorado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Academia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sociedade civil	Curto	Longo	4, 5



10B	10.12	Implementar e monitorar o Sistema de Rastreabilidade do Pescado	Documento de Rastreabilidade do Pescado - DRP	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Pesca e Aquicultura	Curto	Médio	4, 5
10B	10.13	Elaborar, implementar e monitorar o Plano Nacional da Pesca Artesanal	Plano Nacional da Pesca Artesanal	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Academia, sociedade civil	Curto	Longo	4, 5, 9
10B	10.14	Elaborar, implementar e monitorar os planos de gestão de pesca	Planos de gestão da pesca	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	4, 5
10B	10.15	Elaborar, implementar e monitorar os planos de recuperação de espécies ameaçadas de extinção	Planos de Recuperação para espécies ameaçadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Longo	4, 5
10B	10.16	Atualizar o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, com vistas a promover a participação da sociedade na gestão pesqueira	Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021 - Rede Pesca Brasil	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	-	Curto	Curto	4, 5
10B	10.17	Realizar pesquisas sobre a cartografia social, saberes e conhecimentos culturais e tradicionais da pesca artesanal	Pesquisas para levantamento dos saberes tradicionais	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	4, 5, 9
10B	10.18	Reinstituir o Programa Nacional de Observadores de Bordo para a Frota Pesqueira - Probordo para o registro de capturas incidentais e subsidiar medidas mitigadoras	Probordo reinstituído	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Pesca e Aquicultura	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, setor pesqueiro, ONGs	Curto	Médio	4
10B	10.19	Implementar a Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - Revimar prevista no XI Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM	Revimar implementada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, CIRN, Ministério da Pesca e Aquicultura	Curto	Médio	3, 4, 8
10B	10.20	Ampliar e fortalecer o monitoramento do alvo de pesca em UCs federais, por meio dos Subprogramas Marinho e Costeiro e Aquático-Continental do Programa Monitora	Alvo pesca do Programa Monitora fortalecido	Implementação de programas/políticas existentes	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		Curto	Longo	3
10B	10.21	Elaborar, implementar e monitorar normas de ordenamento pesqueiro	Normas publicadas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia, sociedade civil	Curto	Médio	4, 5
11	11.1	Definir e implementar uma Política Nacional de manutenção e recuperação de serviços ecossistêmicos, com ênfase naqueles mais importantes e essenciais para o país	Política definida e implementada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério da Agricultura e Pecuária	Médio	Longo	1, 2, 3, 10
11	11.2	Promover a revitalização de bacias hidrográficas, principalmente a recuperação de áreas degradadas em Área de Preservação Permanente - APP, áreas de recarga e nascentes, de acordo com áreas prioritárias estabelecidas em Planos de Recursos Hídricos, com vistas a garantir a provisão de serviços ecossistêmicos	Quantidade hectares com ações de recuperação de APP hídricas e conservação do solo	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Comitês de Bacia, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Longo	2, 10
11	11.3	Regulamentar a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA	Política regulamentada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	1, 9, 19
11	11.4	Elaborar e implementar o Programa Federal de PSA	Programa elaborado e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	1A, 1B, 2, 3, 9, 18, 19



11	11.5	Mapear, desenvolver métricas e indicadores, monitorar e valorar a oferta, a demanda e a provisão de serviços ecossistêmicos e seus déficits por bioma/ecossistema, identificando regiões críticas para a manutenção de serviços ecossistêmicos mais relevantes	Diagnóstico publicado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	1, 20
11	11.6	Instituir uma Política Nacional de Conservação de Polinizadores	Política instituída	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, REBIP, ICNT-Pol	Curto	Curto	4, 8, 10
11	11.7	Regulamentar dispositivos do SNUC (arts. 47 e 48) para garantir a sua sustentabilidade financeira e integração com outras políticas	SNUC fortalecido	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Estados, Municípios		Curto	Médio	3
11	11.8	Fomentar e incentivar pesquisas que contribuam com a identificação e com a promoção dos serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, aspectos culturais e de suporte prestados pelas UCs	Chamadas conjuntas com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico elaboradas; e sínteses para subsidiar políticas públicas elaboradas.	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Curto	Longo	3, 5, 8, 10A, 10B, 14, 20
11	11.9	Implementar práticas de conservação de água em solo, preferencialmente associados ao PSA - Programa Produtor de Água	Área beneficiada por hectare	Instrumentos econômicos e financeiros	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	CBHs, OGERHs, setores de usuários de água	Curto	Longo	10-A
11	11.10	Promover a implementação de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira consideradas prioritárias nos Planos de Recursos Hídricos	Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira consideradas prioritárias nos Planos de Recursos Hídricos implementadas	Gestão territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Comitês de Bacias Hidrográficas, Entidades Delegatárias com função de Agência de Água e Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	Curto	Longo	8, 11
12	12.1	Promover a recuperação da vegetação nativa por meio de UCs, áreas verdes e arborização urbana, em municípios de regiões metropolitana e aqueles mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, priorizando a conectividade em recortes metropolitanos	Vegetação nativa recuperada em recortes metropolitanos	Gestão Territorial	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Longo	2, 3
12	12.2	Fomentar incentivos fiscais e financeiros para a promoção de áreas verdes e arborização urbana, de soluções baseadas na natureza, e de agricultura urbana e periurbana em municípios brasileiros	Incentivos fiscais e financeiros fomentados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, governos estaduais e municipais	Curto	Longo	19
12	12.3	Implementar o Programa Cidades Verdes Resilientes	Programa Cidades Verdes Resilientes implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Cidades, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	2,3
12	12.4	Elaborar e Implementar o Plano Nacional de Arborização Urbana - PlaNAU	PlaNAU elaborado e implementando	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Curto	2,3
12	12.5	Elaborar o Sistema Nacional de Áreas Verdes Urbanas	Sistema elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	3



12	12.6	Elaborar a Estratégia Nacional de Soluções baseadas na Natureza	Estratégia elaborada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor e parceiros do Programa Cidades Verdes Resiliente	Curto	Longo	3
13	12.7	Apoiar unidades produtivas de agricultura urbana e tecnologias de apoio à agricultura urbana e periurbana sustentável	Unidades produtivas de agricultura urbana e periurbana apoiadas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	10A
13	13.1	Implementar e monitorar, até 2030, a Legislação de Acesso e Repartição de Benefícios, por meio da adoção, implementação e aperfeiçoamento de medidas jurídicas, políticas, normativas, administrativas, sistêmicas e de formação eficazes, em todos os níveis	Deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Cgen, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio	22
13	13.2	Proporcionar melhorias contínuas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen para viabilizar o acesso adequado e permitir a rastreabilidade das informações sobre patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados	Melhorias implementadas no SisGen, de acordo com as sugestões da Câmara Temática do SisGen no âmbito do CGen	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Cgen, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	21
13	13.3	Estabelecer protocolos comunitários para consulta sobre acesso a repartição de benefícios, com vistas à proteção e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade nos territórios	Publicação de guia com orientações de apoio para a construção de Protocolos Comunitários Bioculturais	Implementação de programas/políticas existente	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio e Longo	22, 9, 14, 15
13	13.4	Promover iniciativas de formação continuada para Guardiões da Biodiversidade (povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares - PIPCTAFs) sobre Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados, de forma a ampliar a participação dos PIPCTAFs nas discussões sobre o tema	Planos de formação continuada sobre Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados para o público de guardiões da biodiversidade (PIPCTAFs) implementados de forma participativa	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	9, 22
13	13.5	Implementar plenamente o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	Fundo plenamente implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê Gestor do Fundo/CG-FNRB	Curto	Médio	22
13	13.6	Instituir a Rede Nacional de Recursos Genéticos para a Alimentação	Rede instituída	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Agricultura e Pecuária	Sociedade civil	Curto	Médio	4, 10A
14	14.1	Estabelecer um Programa Nacional de Valoração Multidimensional da Biodiversidade, integrado a políticas setoriais que fazem uso da biodiversidade e da sociobiodiversidade	Programa estabelecido	Planejamento/ criação de novos instrumentos			Médio	Médio	11
14	14.2	Elaborar e implementar Plano de Ação para ampliar e divulgar o Sistema de Contas Econômicas Ambientais - SCEA no País, com vistas a ampliar seu uso nas decisões sobre uso dos recursos naturais	Plano de ação elaborado e implementado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Tribunal de Contas da União, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Curto	Curto	11
14	14.3	Implementar o Plano de Transformação Ecológica	Plano implementado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Banco Nacional do Desenvolvimento, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia	Curto	Longo	8, 15, 16, 18, 19



14	14.4	Regulamentar o cálculo do Produto Interno Verde - PIV previsto na Lei nº 13.493, de 17 de outubro de 2017, que estabelece o PIB Verde	PIV regulamentado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Curto	11, 18, 19
14	14.5	Fomentar a elaboração e implementação das Estratégias e Planos Estaduais de Biodiversidade - EPAEB, pelos estados, e Planos Locais, pelos municípios	EPAEBs e EPALBs elaboradas	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	CTNBIO/ABEMA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Estados, Municípios	Curto	Médio	Todas
14	14.6	Identificar os gastos públicos com mudança do clima, gestão de riscos de desastres e biodiversidade	Gastos públicos identificados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria de Orçamento Federal	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Defesa Civil	Curto	Curto	18, 19
15	15.1	Incluir os aspectos de biodiversidade na Resolução nº 139/2021 do BCB e da Resolução CVM nº 80/2022 (Relatórios e Formulários)	Resoluções revisadas	Implementação de programas/ existentes	Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Curto	Médio	14
15	15.2	Criar mecanismos para incentivar o compromisso das empresas e financeiras com a meta, como selos e certificados, concedido por um Comitê/Conselho, que possibilite agregar valor aos seus produtos e operações	Mecanismos criados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, setor privado	Curto	Longo	9, 14
15	15.3	Criar um mecanismo para validação e monitoramento efetivo do GRSAC (Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC) - para o BACEN) e Resolução CVM nº 80/2022 (Formulário de Referência do CVM) para evitar, mitigar e compensar o impacto sobre a biodiversidade	Mecanismo de validação criado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários		Curto	Curto	10A
15	15.4	Apoiar ações para capacitar o setor privado sobre os conceitos, critérios, mapeamento de ferramentas e metodologias para reportar sobre suas operações, cadeias de valor e carteiras de projetos com impactos e riscos sobre a biodiversidade	Ações apoiadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, setor privado	Médio	Longo	10A
15	15.5	Definir um modelo de reporte para as empresas cumprirem os itens "a", "b" e "c", a partir de parâmetros previamente definidos, inclusive com lista de boas práticas	Modelo e cartilha elaborados	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, setor privado	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio	10A
15	15.6	Criar uma taxonomia da biodiversidade e bioeconomia	Taxonomia elaborada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Setor Privado	Curto	Médio	19
16	16.1	Elaborar metodologia para quantificar as perdas e o desperdício de alimentos	Metodologia elaborada para quantificar as perdas e o desperdício de alimentos	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Embrapa	Curto	Longo	1, 4, 7, 10, 20
16	16.2	Implementação das diretrizes da Nova Cesta Básica de Alimentos nas compras públicas federais	Editais, licitações, políticas públicas alinhados ao Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024	Implementação de programas/ existentes	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, CONSEA, Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, CONAB	Curto	Curto	9, 18, 22, 23
16	16.3	Incluir o consumo sustentável na educação escolar	Estratégia de inclusão do consumo sustentável na educação escolar criada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Educação	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	10,2, 20, 21
16	16.4	Elaborar o Plano Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Proteína Vegetal	Plano Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Proteína Vegetal elaborado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério da Educação	Curto	Médio	3,7,8,10, 15, 20,



16	16.5	Fortalecer e estruturar os sistemas de logística reversa já implementados, especialmente o de embalagens em geral, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus Planos Nacional, Estaduais e Municipais	Estratégia da logística reversa fortalecida	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio	7, 18, 19
16	16.6	Fomentar a aquisição de infraestrutura para realização de feiras orgânicas e agroecológicas, aumentando a visibilidade dos produtos da sociobiodiversidade	Aquisição de infraestrutura e comercialização de produtos da sociobiodiversidade fomentado	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária	Curto	Médio	9, 12, 18
16	16.7	Promover, no âmbito da Economia Circular, campanhas para a redução do uso do plástico e descarte correto dos produtos pós-consumo	Campanhas implementadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Curto	Médio	3, 7, 8
16	16.8	Criar mecanismos e programas de capacitação e assessoria técnica para municípios, consórcios, órgãos ambientais e profissionais envolvidos no manejo de resíduos sólidos urbanos sobre prevenção ao desperdício de alimentos e reciclagem de resíduos orgânicos	Municípios, consórcios e órgãos ambientais apoiados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Médio	7
16	16.9	Realizar o mapeamento dos Desertos e Pântanos Alimentares (Estratégia Alimentar Cidades)	Desertos e Pântanos alimentares mapeados nas cidades com mais de trezentos mil habitantes	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Conab	Curto	Médio	9, 12
17	17.1	Ampliar o financiamento público à pesquisa sobre biossegurança no país, inclusive em relação às variedades crioulas e parentes silvestres de espécies domesticadas, bem como sobre novas biotecnologias seguras que possam beneficiar o país	Financiamento público ampliado	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, CONFAP	Médio	Médio	9, 13, 15
17	17.2	Instituir normas de biossegurança, com vistas a prevenir ou minimizar os riscos identificados à biodiversidade de organismos geneticamente modificados da biotecnologia	Normas de biossegurança estabelecidas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	9, 10-A, 10-B
17	17.3	Ampliar pesquisas baseadas na biotecnologia e bioinovação que promovam o uso sustentável da biodiversidade	Editais de fomento lançados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, CONFAP	Curto	Longo	21
17	17.4	Ampliar capacitação em todo o país sobre as melhores práticas em biossegurança e de avaliação de risco	Capacitações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio, Ministério da Agricultura e Pecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	20
17	17.5	Implementar o Sistema de Informações em Biossegurança - SIB	SIB implementado	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTNBio	Médio	Médio	9, 10-A, 10-B



18	18.1	Identificar e quantificar subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente prejudiciais à biodiversidade, incluindo subsídios a atividades econômicas potencialmente poluidoras para o desenvolvimento regional	Subsídios e incentivos econômicos e fiscais identificados e quantificados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Tribunal de Contas da União	Curto	Curto	1, 4, 7, 9, 10, 14, 15
18	18.2	Formular proposta para eliminar ou reformar os subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente prejudiciais à biodiversidade com mecanismos de monitoramento e penalização	Proposta formulada	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, estados e municípios	Médio	Longo	14
18	18.3	Identificar e criar linhas de financiamento para incentivar a conservação da biodiversidade	Linhas de financiamento identificadas e criadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Bancos		Médio	Longo	1, 2, 3, 9, 10, 19
18	18.4	Propor desconto ou redução na taxa de juros de crédito rural - Plano Safra para regularização ambiental com o intuito de facilitar a operacionalização e aumentar seu uso	Proposta publicada	Instrumentos econômicos e financeiros	BACEN, Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Conselho Monetário Nacional		Curto	Curto	10
18	18.5	Ampliar o crédito rural para atividades sustentáveis agrícolas	Linhas de ação do RenovAgro e Pronaf que beneficiam agricultores que promovem práticas sustentáveis implementadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	10A
18	18.6	Propor a definição de critérios de biodiversidade no Programa de Recuperação Fiscal - Refis para a regularização e renegociação de dívidas com a União	Proposta publicada	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Médio	Longo	14
18	18.7	Ampliar abrangência do Programa Bolsa Verde para beneficiar mais famílias em um número maior de áreas prioritárias, em diferentes biomas	Programa Bolsa Verde ampliado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	3,9,10,18 e 20
18	18.8	Melhorar subsídios de crédito rural para vedar financiamento para desmatadores ilegais, com incentivos para reduzir desmatamento legal e fiscalizar a aplicação do crédito concedido	Crédito vedado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, BACEN	Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	10A
19	19.1	Mapear e divulgar as principais fontes de financiamento para a biodiversidade, no âmbito da estratégia nacional de financiamento da EPANB	Levantamento realizado e disponível de forma ampla e acessível	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Federação Brasileira de Bancos, Bancos de Desenvolvimento, Filantropia, ONGs, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Curto	Curto	Todas
19	19.2	Direcionar 10% (dez por cento) dos recursos de multas ambientais e TACs, para a pesquisa científica, extensão e monitoramento de biodiversidade voltados ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, dando preferência às áreas diretamente afetadas.	Recursos destinados à pesquisa, monitoramento e conservação de biodiversidade	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Polícia Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério Público, Estados e Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	Médio	2, 4, 21



19	19.3	Promover a cooperação, por meio de parcerias entre governo, bancos de desenvolvimento, financiadores bilaterais e setor privado, voltada a promoção de ações sobre a biodiversidade.	Parcerias implementadas	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Parceiros internacionais, Bancos de desenvolvimento, empresas, terceiro setor	Curto	Médio	14, 15
19	19.4	Ampliar mecanismos de financiamento para iniciativas propostas por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - PIPCTs e coletivos de mulheres.	Novos mecanismos de financiamento criados com acesso simplificado para PIPCTs e por coletivos de mulheres	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituições Financeiras, setor privado e terceiro setor, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Médio	22
19	19.5	Ampliar a participação dos PIPCTs nos conselhos e comissões existentes para definição de aplicação dos recursos mobilizados e destinados à conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade.	Participação dos PIPCTs efetiva e ampliada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério dos Povos Indígenas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda	Curto	Médio	22
19	19.6	Regulamentar o mecanismo de crédito de biodiversidade ou similar	Mecanismo regulamentado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda	Curto	Médio	1, 2, 11
19	19.7	Regulamentar o mercado de carbono	Regulamento publicado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Fazenda	Curto	Médio	1, 2, 11
19	19.8	Instituir e implementar o Fundo Florestas Tropicais - TFFF para Sempre	TFFF instituído e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Banco Nacional do Desenvolvimento	Curto	Médio	1, 2, 10-A, 11, 18
19	19.9	Criar e implementar o Programa de PSA da sociobiodiversidade	PSA da sociobiodiversidade criado e implementado	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Médio	9, 11, 18
19	19.10	Criar leilões do Eco Invest voltados à biodiversidade	Leilões anunciados	Instrumentos econômicos e financeiros	Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Curto	Médio	15
20	20.1	Investir no fortalecimento de centros de pesquisa, museus, jardins botânicos e demais instituições que armazenam coleções biológicas científicas	Centro de Pesquisas, museus, jardins botânicos com coleções biológicas científicas fortalecidos e com investimento	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Universidades, Jardins Botânicos, centros de pesquisa, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Médio	Longo	21
20	20.2	Fomentar iniciativas de capacitação para elaboração e execução de programas e projetos de cooperação com objetivo de aprimorar o acesso a mecanismos de financiamento de apoio à conservação de biodiversidade	Programa e projetos ampliados e financiados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Escola Nacional de Administração Pública, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	PIPCTFAs, ONGs, Academia, setor privado.	Curto	Médio	19
20	20.3	Ampliar programas, projetos, atividades de cooperação científica, técnica e de promoção dos conhecimentos e saberes tradicionais	Programas, projetos e atividades de cooperação e fortalecidos	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	PIPCTFAs, ONGs, Academia, setor privado, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Curto	Médio	13, 22
20	20.4	Realizar Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e capacitação de extensionistas e agentes locais na Amazônia Oriental sobre plantio de nativas, sistemas agroflorestais,	ATER e capacitações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Embrapa Amazônia Oriental, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Curto	Curto	1A, 1B, 2



		recuperação de vegetação nativa, acesso a crédito rural, pesquisa e inovação, no âmbito do Programa Florestas Produtivas							
20	20.5	Realizar assessoria e ATER para promover a agricultura regenerativa	Projetos selecionados, assessorias e ATER realizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Caixa Econômica Federal	Médio	Longo	1A, 1B, 2, 10A
21	21.1	Criar uma Política e um Programa Nacional de Dados e Informações da Biodiversidade, estabelecendo e atualizando diretrizes para integração dos bancos de dados de biodiversidade, alinhado aos princípios F.A.I.R. e C.A.R.E.	Política e Programa Nacional de Dados e Informações sobre a Biodiversidade, alinhados aos princípios F.A.I.R. e C.A.R.E	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério dos Povos Indígenas	Curto	Médio	4
21	21.2	Instituir uma Plataforma de Integração de Dados de Biodiversidade, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama	Plataforma Nacional de Biodiversidade instituída	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Saúde, Comissão Tripartite	Curto	Médio	3 a 14, 19
21	21.3	Consolidar uma Plataforma de Dados sobre Territórios Tradicionais, a partir da Plataforma de Territórios Tradicionais estabelecida pelo Ministério Público Federal, garantindo o registro e manutenção de saberes tradicionais em plataforma única e pública, incluindo: i) banco de memórias com vídeos, fotos e relatos de mestres de saberes e de anciãos dos PCTs; e ii) mapeamento dos territórios com sobreposição a dados de biodiversidade, Unidades de Conservação e Conhecimentos Tradicionais Associados - CTA; fomentando a coprodução e a cogestão de dados da biodiversidade em territórios PI e PCTs	Plataforma de Dados sobre Territórios Tradicionais criada	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Polícia Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, RNP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sociedade civil e academia, Comissão Tripartite	Curto	Médio	3, 13, 22
21	21.4	Fortalecer comunicação, conscientização e educação a partir dos dados sobre a biodiversidade	Estratégia de comunicação da EPANB elaborada e implementada	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Demais ministérios que contribuem na EPANB, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	22, 23



21	21.5	Implementar o monitoramento dos indicadores da EPANB a partir dos dados da biodiversidade	Estratégia de monitoramento da EPANB elaborada e implementada	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Curto	Longo	Todas
21	21.6	Prestar suporte técnico para o uso e a publicação de dados e metadados no Sistema de informação sobre a biodiversidade brasileira - SiBBR, Ocean Biodiversity Information System - OBIS e Global Biodiversity Information Facility - GBIF para pesquisadores, gestores e o público em geral, garantindo acesso a ferramentas e infraestrutura	Dados e conjuntos de dados alinhados aos princípios F.A.I.R. ou C.A.R.E., publicados e atualizados no SiBBR	Produção de conhecimento/monitoramento	SiBBR/RNP, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério dos Povos Indígenas e academia	Curto	Longo	9, 10, 11,12
21	21.7	Implementar boas práticas para a publicação, governança e uso de metadados para dados de biodiversidade e sociobiodiversidade, assegurando a interoperabilidade e integração entre sistemas	Dados interoperáveis e sistemas integrados	Produção de conhecimento/monitoramento	SiBBR/RNP, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério dos Povos Indígenas e academia	Curto	Longo	9, 10, 11,12
21	21.8	Promover iniciativas de capacitação e transferência de tecnologia sobre o uso sustentável da biodiversidade para a agricultura	Cursos e eventos técnico-científicos realizados	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Academia, setor privado	Curto	Médio	10-A, 13
21	21.9	Disponibilizar as listas taxonômicas oficiais correspondentes ao Catálogo da Vida do Brasil, tendo como base a inclusão da Flora e Funga do Brasil, o Catálogo Taxonômico da Fauna Brasileira, a Lista de Microrganismos do Brasil e a Lista de Fósseis do Brasil	Listas disponibilizadas	Produção de conhecimento/monitoramento	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, academia	Curto	Longo	4
21	21.10	Fortalecer e ampliar a implementação do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia - PNPIAF	Ações de pesquisa e inovação voltadas para a agricultura familiar, com ênfase na transição agroecológica dos Sistemas Agroalimentares implementados	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Curto	10A, 22
21	21.11	Instituir o Sistema Nacional sobre Informações de Biodiversidade Agrícola	Sistema instituído	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Curto	Médio	4, 10A
22	22.1	Demarcar as terras indígenas e garantir o acesso, uso, posse e domínio sobre estas	Terras indígenas demarcadas	Gestão Territorial	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Fundação Nacional dos Povos Indígenas	Curto	Longo	3
22	22.2	Demarcar os territórios e maretórios dos povos e comunidades tradicionais, e garantir o acesso, uso, posse e domínio sobre estes	Territórios e maretórios demarcados	Gestão Territorial	Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Justiça e Segurança Pública	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Curto	Longo	3
22	22.3	Fomentar ações de mapeamento e proteção dos territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar e camponesa nas áreas urbana e periurbana	Territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais mapeados e protegidos e territórios da agricultura familiar e camponesa nas áreas urbana e periurbana protegidos	Produção de conhecimento/monitoramento	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial	Polícia Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Curto	Longo	21



22	22.4	Implementar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA, no âmbito da PNGATI	PGTA implementados	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério dos Povos Indígenas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Curto	Longo	3
22	22.5	Elaborar e implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT	Plano elaborado com ações implementadas e/ou em andamento	Planejamento/ criação de novos instrumentos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais	Curto	Longo	1, 2, 3, 9, 13, 23
22	22.6	Realizar ações de formação de PIPCTAFs em biodiversidade e para atuação na Convenção sobre Diversidade Biológica	Ações realizadas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério das Relações Exteriores	Universidade de Brasília, Ministério da Igualdade Racial	Curto	Curto	20, 23
22	22.7	Ampliar a representatividade de PIPCTAFs nas ações e projetos da política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro, incluindo ações para (1) reconhecer, apoiar, divulgar e fomentar instrumentos de salvaguarda e de preservação de territórios e maretórios criados e mantidos pelos PIPCTAFs que contribuam para o alcance dos objetivos da CDB (constituindo em seus bancos de dados um observatório de gênero); e (2) promover e ampliar diálogos intersetoriais junto a órgãos que desenvolvem políticas de garantia e defesa de direitos culturais e territoriais dos PIPCTAFs	Representatividade ampliada	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério da Cultura	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Curto	Longo	3
23	23.1	Ampliar a inclusão de equidade de gênero em editais de financiamento à pesquisa sobre sociobiodiversidade e em processos seletivos, como editais e concursos, e de processos seletivos para a pós-graduação	Editais publicados	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	20
23	23.2	Promover formações e capacitações sobre equidade de gênero nos espaços de formação, participação e decisão	Formações e qualificações promovidas	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial	Todos os ministérios, Universidades	Curto	Longo	20
23	23.3	Fomentar a participação equitativa de gênero nas atividades sociais e financeiras da sociobiodiversidade	Incentivos fiscais e financeiros e acesso à educação garantidos	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério das Mulheres	Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Curto	Longo	9, 19, 22
23	23.4	Promover a equidade de gênero nos espaços de tomada de decisão sobre a sociobiodiversidade	Colegiados com equidade de gênero	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Comitê do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, Câmara Setorial das Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade, Cgen, Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Comissão Nacional da Biodiversidade	Curto	Longo	13, 22
23	23.5	Elaborar o Plano de Gênero da EPANB, com base no Plano de Gênero da CDB	Plano elaborado	Capacitação, comunicação e participação social	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Colegiados, sociedade civil	Curto	Médio	Todas
23	23.6	Fortalecer organizações de PIPCTAF, lideradas por mulheres e populações LGBTQIAPN+ que atuam com cadeias produtivas da sociobiodiversidade, respeitando a autoidentificação étnico-racial	Organizações fortalecidas	Implementação de programas/políticas existentes	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, REDES DE MULHERES	Curto	Médio	9

